

As lideranças esclarecidas

A democracia nem sempre funciona como alguns democratas querem. E não é só no Zimbabué. Na Irlanda, por exemplo, o referendo sobre o Tratado de Lisboa foi negativo para quem defende o Tratado de Lisboa, por exemplo para Durão barroso, presidente da Comissão Europeia (CE) que já denunciou tentativas de alguns políticos de aproveitarem o 'não' irlandês para criticarem Bruxelas. O que para ele é inaceitável.

Como alguém escreveu, o que agora paira sobre Bruxelas é espectro do "não" irlandês. Um não que pode ser relativo. O próprio primeiro-ministro irlandês defende a continuação do processo de ratificação do Tratado de Lisboa, apesar das dúvidas da Polónia e da República Checa, e acredita, que os irlandeses, repensem o não. Não para já mas para daqui a algum tempo.

A Irlanda foi o único dos 27 países da UE a fazer um referendo sobre a reforma, apesar, segundo a Imprensa de aparecer como um dos países do bloco mais pro-europeus e do seu actual "boom económico" ter sido parcialmente fomentado por fundos da UE. Um não que não é virgem

Os eleitores irlandeses já tinham atrapalhado os planos de expansão da UE em direcção ao Leste Europeu quando, em 2001, rejeitaram o Tratado de Nice. Só que o governo realizou então um segundo referendo em que esse tratado acabou por ser aprovado. Esta solução - para este novo impasse - não está posta de lado, mas a repetição do referendo, exige, nestes tempos, um luto mais prolongado.

Tudo isto tem muito a ver com as questões das lideranças e das lideranças esclarecidas. E dos privilégios que estas deveriam ter face às margens. Questões que se colocam também nas democracias mais exemplares como são aquelas que existem na União Europeia e noutros países do chamado Mundo Ocidental e Livre.

Indiferente a tudo isto, a segunda volta das eleições presidenciais no Zimbabué prossegue, tudo indicando que Roberto Mugabe seja reeleito, tanto mais quanto o líder da oposição, Morgan Tsvangirai, desistiu formalmente da corrida, por considerar impossível a realização de um acto eleitoral livre e justo.

Júlio Roldão